



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002339-92.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio**
Requerente: **Maria Aparecida Gomes Merola**
Requerido: **Aufi Veículo e Máquinas Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter aderido a consórcio de um veículo que especificou, dando como lance na data da adesão outro automóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que após ter sido contemplada a ré esclareceu que somente aceitaria seu automóvel como lance se recebesse um outro diverso do inicialmente previsto, sendo forçada a concordar, com a ressalva de que receberia um jogo de tapetes como brinde.

Salientou que o veículo que recebeu foi superfaturado e que um jogo de tapetes lhe foi indevidamente cobrado, de sorte que postula a condenação da ré ao pagamento de quantia que detalhou.

O instrumento de fls. 02/04 representa a proposta de adesão ao grupo de consórcio mencionado pela autora feita em 22 de janeiro/2013, estando as condições dela também destacadas no aviso de fl. 05.

A primeira divergência estabelecida nos autos concerne ao automóvel que era de propriedade da autora ser aceito como lance do consórcio no importe de R\$ 12.000,00, consoante avaliação de fl. 06.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Quanto ao tema, restou apurado que na verdade esse veículo não poderia ser aceito como tal, mas poderia ser vendido e o produto então apurado – esse sim – seria ofertado como lance.

Nesse contexto, é razoável o argumento expendido pela ré de que a avaliação cristalizada a fl. 06 teria prazo de vigência, pois com o decurso do tempo haveria natural desvalorização do veículo, circunstância que afetaria diretamente a extensão do lance que seria feito a partir do que se aferisse em sua venda.

O cotejo entre os documentos de fl. 06 e 53 reforça a tese sufragada pela ré, mas desde já ressalvo que em momento algum vislumbrei que a autora tivesse deliberadamente procedido à supressão de parte do documento, até porque nenhum elemento concreto aponta para isso.

A propósito, registro que a testemunha Ana Paula de Oliveira ao depor em Juízo confirmou ter percebido que no documento da avaliação que a autora lhe exibiu faltava uma parte, tendo ela confirmado que o tinha recebido nessas condições.

A autora pelo que foi dado perceber se apresenta aos autos como pessoa simples, não sendo crível que levasse a cabo a propalada adulteração para lograr algum benefício pessoal.

Na sequência, com a contemplação da autora ela foi informada sobre os procedimentos que deveria adotar (fl. 49), mas em decorrência do lapso havido entre a avaliação de fl. 06/53 (janeiro/2013) e a contemplação (maio/2013) o veículo de propriedade da autora foi vendido por R\$ 11.000,00 para terceiro, não demonstrando a ré na ocasião interesse em ficar com o mesmo (fls. 53 e 56/57).

Os documentos de fls. 52, 54/55 e 58 patenteiam os valores envolvidos na transação levada a cabo entre as partes, não se envolvendo nenhum tipo de irregularidade por parte da ré.

Inexistiu superfaturamento em face do automóvel adquirido pela autora, demonstrando-se satisfatoriamente a fls. 28/29 os motivos que renderem ensejo ao montante contido na nota fiscal de venda feita à mesma.

Não há lastro bastante, outrossim, que levasse à ideia de que a autora tivesse sido forçada a aceitar o automóvel que lhe foi entregue ou ainda que receberia como cortesia um jogo de tapetes.

Quanto ao primeiro assunto, inclusive, a testemunha Ana Paula de Oliveira chegou a confirmar a possibilidade de aquisição de veículo diverso do apresentado como referência no ato da adesão ao grupo, o que acabou efetivamente acontecendo.

Já quanto ao segundo, nenhum indício foi amealhado para prestigiar a propalada oferta em favor da autora.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária (ressalvo que nenhuma das testemunhas arroladas pela autora acompanhou os desdobramentos da transação firmada, nada aclarando sobre ela), conduz à rejeição da pretensão deduzida à minguada de suporte que a respaldasse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Na realidade, tomo como clara a divergência de entendimento entre as partes sobre os aspectos que envolveram o negócio trazido a debate.

Se não se pode afastar de um lado a perspectiva de que em algum momento a autora tivesse sido levada a erro por alguém, de outro isso não ficou positivado de maneira minimamente sólida.

Não se pode olvidar que a testemunha Edvaldo Santana de Souza esclareceu que foi procurado pela autora para saber como funcionava o sistema de consórcio porque tinha interesse em comprar automóvel nessas condições.

Como a testemunha já adquirira veículo por intermédio desse expediente, relatou-lhe sua experiência, tendo-a como positiva.

Talvez então por eventual compreensão equivocada a autora e a ré acabaram posteriormente refletindo posições divergentes, mas o certo é que não se delinearão com clareza bastante os vícios declinados a fl. 01 ou as falhas imputadas à ré.

A autora bem por isso não faz jus ao recebimento das somas que pleiteou.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**